

Processo nº 00526-2005-000-12-00-7 - Juiz Jorge Luiz Volpato - DJ/SC de 13.09.2006, p. 60

AÇÃO RESCISÓRIA. OFENSA À COISA JULGADA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA JULGADA IMPROCEDENTE POR FALTA DE PROVA. Nos precisos termos da Lei nº 7.347/85, que disciplina a ação civil pública, não faz coisa julgada "erga omnes" a sentença civil quando o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas. Neste caso, a lei assegura a qualquer legitimado o direito de renovar a ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

Processo nº 02415-2005-036-12-00-5 - Juíza Ligia M. Teixeira Gouvêa - DJ/SC de 06.10.2006, p. 56

DIREITOS COLETIVOS E INDIVIDUAIS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EXTENSÃO DA COISA JULGADA. A tutela perseguida em ação civil pública não dispensa a investigação das condições concretas dos contratos de trabalho envolvidos naquela discussão. Isso porque a tutela coletiva visa somente à proteção de interesses não individualizáveis, impondo, na hipótese de **interesses coletivos (art. 81, II, do CDC), simples obrigação de fazer ou não fazer em prol de um grupo de sujeitos, sem determinar consequências individuais específicas, cuja investigação somente se dará em ação individual.**

Processo nº 00533-2005-000-12-00-9 - Juiz Jorge Luiz Volpato - DJ/SC de 16.11.2006, p. 50

AÇÃO RESCISÓRIA. OFENSA À COISA JULGADA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA JULGADA IMPROCEDENTE POR FALTA DE PROVA. Nos precisos termos da Lei nº 7.347/85, que disciplina a ação civil pública, não faz coisa julgada "erga omnes" a sentença civil quando o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas. Neste caso, a lei assegura a qualquer legitimado o direito de renovar a ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

Processo nº 00570-2000-015-12-00-1 – Rel. Juiz Edson Mendes de Oliveira – DJ/SC de 07.02.2007

COISA JULGADA. RELAÇÃO JURÍDICA CONTINUATIVA. LIMITES. Tratando-se de relação jurídica continuativa (relação de emprego - verbas vincendas) e **sobrevindo modificação no estado de direito (decisão proferida na Ação Civil Pública que declarou a nulidade do contrato de trabalho do autor)**, há limites a serem observados na coisa julgada, nos exatos termos da regra contida no inc. I art. 471 do CPC.

Processo nº 03042-2007-016-12-00-7 – Relatora Juíza Gisele P. Alexandrino - TRTSC/DOE de 04.04.2008

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ACORDO JUDICIAL REALIZADO EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ALCANCE AOS ASSISTENTES LITISCONSORCIAIS. O acordo judicial firmado em ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho contra determinada empresa, **não tem o condão de retirar** dos empregados daquela direitos dos quais são titulares. Isso porque os empregados atingidos pelos termos do acordo participaram da relação jurídico-processual na condição de assistentes litisconsorciais, porém não tomaram parte no acordo, até porque todas as condições ajustadas foram negociadas apenas entre as partes envolvidas no litígio. **A eles (os litisconsortes) não foi dado o direito de intervir na negociação, também não lhes sendo questionado se anuíam com o ajuste.** Os trabalhadores não deram anuência aos termos do acordo, não se podendo afirmar que eles transacionaram ou, ainda, que abriram mão de direitos dos quais são titulares. E somente o titular do direito material pode renunciar.